

Dependência 4.0: considerações teóricas e o caso do Brasil*

(Artigo submetido à Área 3: Economia e Conjuntura Brasileira do XXVI Encontro Nacional de Economia Política – ENEP)

Leda Maria Paulani**

Abstract

Partindo do princípio de que a liberalização dos mercados de bens e ativos que teve lugar a partir dos anos 1980 e o fortalecimento da transnacionalização do capital que resultou daí não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial, o artigo visa defender a existência hoje de um novo tipo de dependência a relacionar países centrais e periféricos. Essa *dependência 4.0* estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso. O caso do Brasil e a história de sua inserção na divisão internacional do trabalho é trazida à discussão como emblemática desse novo tipo de subordinação.

Palavras-chave: teoria da dependência, acumulação capitalista, rentismo, economia brasileira

JEL: F54, F63, O30, P16

Abstract

Assuming that the liberalization of the markets for goods and assets that took place since the 1980s and the strengthening of the transnationalization of capital that resulted therefrom did not alter the fundamental assumption of the prevalence of a hierarchical organization in the world capitalist system, the article aims to defend the existence today of a new type of dependency linking central and peripheral countries. This 4.0 dependence is based on the rentism that today marks the accumulation process and also in the nature of the evolving technological progress. The case of Brazil and the history of its insertion in the international division of labor are brought up to the discussion as emblematic of this new type of subordination.

Key words: dependency theory, capitalist accumulation, rentism, Brazilian economy

JEL: F54, F63, O30, P16

* Este artigo é parte de uma pesquisa maior, que conta com o apoio de uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço a Dario Rodrigues da Silva a ajuda com os gráficos.

** Professora titular sênior do Departamento de economia da FEA-USP e da pós-graduação em Economia do IPE-USP

Introdução

Como é sabido, a assim chamada *teoria da dependência* surge na América Latina, nos anos 1960. Não é consensual que se trate exatamente de uma *teoria*,¹ uma vez que envolve não só autores de formação e posicionamento distintos em muitos temas, mas, o que é mais complicado, também de diferentes filiações teóricas, ainda que com clara predominância do marxismo.² Para aquilo que nos interessa neste trabalho, é suficiente ficarmos com a apropriada observação de FIORI (1995, p. 215), que advoga que todas as versões da escola dependentista “remetem, de uma ou outra forma, à confluência da teoria marxista do imperialismo, em particular de sua visão pós-leninista, com a crítica cepalina da teoria neoclássica do comércio internacional”.

Esta observação feita por Fiori (1985) no sentido de circunscrever a problemática da dependência nos é muito adequada por duas razões. Em primeiro lugar, partimos do princípio de que as transformações experimentadas pelo sistema capitalista desde o início dos anos 1980, em particular aquelas trazidas pela ampla liberalização dos mercados de bens e de ativos, com a consequente perda de graus de liberdade dos estados nacionais – sobretudo daqueles que não dispõem de moedas fortes – não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial. Em outras palavras, de nosso ponto de vista, a tendência à transnacionalização, que é da lógica do capital e se fortaleceu enormemente nas últimas quatro décadas sob os auspícios do discurso e da prática neoliberais, apesar de ter aumentado a interdependência das economias nacionais, não produziu um cenário de nações irmanadas pelos mesmos interesses capitalistas globais. Permaneceu o impulso às disputas hegemônicas e às rivalidades interestatais. Permaneceram também, como variáveis importantes de análise, a existência de um *Centro*, território de origem das “empresas mãe” dos grandes conglomerados mundiais e, principalmente, território de onde emana o progresso tecnológico, e uma *Periferia*, que se beneficia pouco e sofre muito com as consequências dos processos de concentração e centralização de capital orquestrados pelo *Centro*. Isto

¹ Veja-se, por exemplo, FIORI (1995) e BRESSER-PEREIRA (2010). Para o primeiro, trata-se mais propriamente de uma *escola*, envolvendo um enorme número de artigos e livros de vários autores que, nos anos 1960 e 1970, se debruçaram sobre a América Latina, enquanto, para o segundo, trata-se de uma *interpretação* sociológica e política, que, por essa época, passou a concorrer com a interpretação nacional burguesa do mesmo objeto. Tão cedo quanto em 1978, PALMA já fizera observação similar, afirmando que não se tratava aí de uma “teoria”, mas de uma *metodologia* para analisar situações concretas de subdesenvolvimento.

² De acordo com BRESSER-PEREIRA (2010), a interpretação da dependência se divide em três versões, todas elas marxistas, a saber, a da superexploração, a da contradição nacional-dependente e a da dependência associada. Assim, apesar de não se poder chamar de “teoria” a esse corpo de ideias, todas elas teriam essa raiz teórica única. Essa posição, contudo, não é unânime. MARTINS (2003), SOTELO VALENCIA (2005) e AMARAL (2012), por exemplo, veem na última das versões elencadas por Bresser-Pereira, a da dependência associada de CARDOSO e FALETTO (1973), uma matriz mais weberiana que marxista. Para MARTINS (2003), nessa versão, a autonomia do político acaba por subordinar os conceitos mais materialistas, de origem marxiana. Existe, no entanto, o termo *Teoria Marxista da Dependência*, que é amiúde encontrado em artigos acadêmicos sobre o tema. Ele se refere, porém, apenas à primeira das vertentes citadas por Bresser-Pereira, ou seja, a vertente que tem em Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos seus nomes mais conhecidos. Veja-se a respeito CARCANHOLO, 2013.

posto, para nós, permaneceu também, ainda que sob novas roupagens, a questão do imperialismo – clássico problema do *approach* marxista.

A segunda razão para escolhermos a citada observação de FIORI (1995) como ponto de partida está relacionada ao segundo elemento que aí aparece, justaposto à temática do imperialismo, ou seja, a crítica cepalina à teoria neoclássica do comércio internacional. O pressuposto aqui é que as vantagens que derivam da posição dos estados que estão no *Centro* devem assumir, para além do aspecto da dominação geopolítica, também uma feição material, objetivada em transferências de valor que, sob variadas formas, vão impulsionar a acumulação de capital nas economias centrais. Na análise clássica cepalina, que vem de Prebisch, essa transferência se dava por meio das relações de troca, sempre desfavoráveis aos países periféricos em função do pouco dinamismo tecnológico de sua produção, assentada em bens primários, e, igualmente, em função de sua incapacidade de reter em seus territórios seus parcos ganhos de produtividade. A crítica à teoria neoclássica, como também é sabido, passava pela desconstrução do postulado das vantagens comparativas, sustentáculo teórico da situação que gerava essas perdas, e passava também, por conseguinte, pela defesa da industrialização na periferia como remédio para o subdesenvolvimento. Decorridos quase três quartos de século dessa contenda teórica, com as transformações operadas mundialmente no sistema capitalista e com países como o Brasil tendo se industrializado e depois se desindustrializado, parece claro que se alterou também a forma em que se objetivam os ganhos materiais dos países que estão no *Centro*.

Isto posto, a análise que aqui empreenderemos da questão da dependência colocará seu foco principalmente nos processos de transferência de valor dos países periféricos para os países centrais. Em outras palavras, partindo-se do princípio de que há países centrais e países periféricos e considerando-se que o desenvolvimento capitalista dos últimos está subordinado ao dos primeiros e é por este condicionado, a análise vai cuidar primordialmente do pedágio que pagam os países da periferia para garantir esta inserção subordinada. Isso significa que serão tratados apenas marginalmente outros aspectos importantes da relação de dependência, como as questões políticas e/ou sua inter-relação com a questão das classes sociais na dialética dos interesses internos/externos.

No que se segue, faremos inicialmente (seção 1) algumas breves considerações teóricas sobre os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, uma vez que a forma como enxergamos hoje a dependência tem relação direta com eles. Na sequência (seção 2), visando apresentar o que vamos chamar aqui de *dependência 4.0*, discorreremos sobre as diferentes formas de dependência que podem ligar países centrais e periféricos (entendida a dependência em seu aspecto de produtora de vantagens materiais para os países centrais). Na seção 3, faremos o histórico das diferentes formas de inserção da economia brasileira no sistema mundial associando-a à questão da dependência. A quarta seção traz algumas evidências empíricas desse novo tipo de subordinação, além de considerações finais.

1 - Capitalismo Contemporâneo, Rentismo e Imperialismo

Um dos aspectos mais estudados do processo de acumulação tal como ele hoje se dá, é a chamada *financeirização*. Analisada principalmente por marxistas, regulacionistas e pós-keynesianos, ela se refere à existência de um predomínio da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva. Há muita controvérsia sobre o seu real significado, e mesmo sobre sua importância. Em seu último livro, o economista francês François Chesnais, um dos primeiros marxistas a estudar o fenômeno, apresenta uma definição com a qual concordamos, e que nos é conveniente porque faz menção a aspectos que reforçam a hipótese da prevalência de relações de dominação e, portanto, de imperialismo, na arquitetura atual do sistema. A financeirização, afirma Chesnais, “refers to the pervasiveness of features of interest-bearing capital identified by Marx in Part Five of volume III of Capital. They must be taken in combination with the implications of today’s very high degree of centralization/concentration of capital...” (CHESNAIS, 2016: 15-16). Para ele a formação acelerada de grandes blocos de capital por meio do processo de centralização, que predomina em períodos de crise como o atual, vai ocorrendo em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros, como, por exemplo, os fundos de *private equity* e suas operações de *leveraged buy outs* (LBOs).³ Em texto anterior, escrito ainda antes da grande crise de 2008, o mesmo Chesnais já definira o imperialismo associando-o diretamente a esse intenso processo de centralização de capitais (que se aprofundou depois da crise):⁴ “The present-day imperialism is strongly related to the domination of a precise form of capital, namely highly concentrated interest-and dividend-bearing money-capital which operates in financial markets, breeds today’s pervasive fetishism of money, but is totally dependent on surplus-value and production” (CHESNAIS, 2007: 121).

Concordamos com Chesnais em ambos os casos, ou seja, tanto com relação à definição que ele elabora sobre a financeirização (como diretamente associada à difusão do capital portador de juros e à formação de gigantes blocos de capital), quanto com a forma como ele interpreta o imperialismo contemporâneo (como o domínio do highly concentrated interest-and dividend-bearing money-capital). Para nós, no entanto, a financeirização é apenas a expressão mais evidente de um processo de acumulação que

³ *Private equities* são títulos de participação em empresas já estabelecidas, mas ainda não cotadas em bolsa (ou seja, de capital fechado). Os fundos de *private equity* são esquemas coletivos de investimento nesse tipo de título. As *LBOs* são transações que podem transferir o controle de uma empresa a um grande bloco de capital ou a grandes investidores por meio da utilização alavancada do fluxo de caixa dessa empresa como colateral na emissão de títulos de dívida.

⁴ O FMI faz um alerta, em boletim emitido ao final de 2018, para o crescimento descontrolado dos *leveraged loans* (cuja emissão teria chegado a US\$ 1,3 trilhão em 2018) e para a perigosa deterioração dos padrões de empréstimo. CHESNAIS (2019), chama a atenção para isso, em texto recente, destacando a explicação adiantada pelo próprio FMI para tal temerário crescimento: com anos e anos de taxas de juros extremamente reduzidas e abundância de dinheiro barato circulando pelo sistema financeiro internacional, os “investidores famintos por rendimentos” (*yield-hungry investors* – o termo é do próprio FMI) estão se dispondo a tolerar níveis cada vez mais elevados de risco. O referido boletim do FMI está disponível em: <https://blogs.imf.org/2018/11/15/sounding-the-alarm-on-leveraged-lending/>

se tornou *rentista*, entendido este último termo como o predomínio dos ganhos que derivam da simples *propriedade* do capital (juros, renda absoluta, renda diferencial, renda de monopólio e dividendos) sobre os ganhos que derivam do *funcionamento* do capital (lucro e superlucro).⁵ Enquanto para os primeiros os fluxos de rendimentos existem como *direitos* e assentam-se na mera propriedade do ativo (capital monetário, terra, ações), para os segundos, os rendimentos aparecem como resultado da acumulação de valor excedente que a operação do capital produz. Não por acaso, nas *Teorias da Mais Valia*, falando do capital portador de juros, Marx vai chamar o dono do capital monetário de “capitalista jurídico” e aquele que toca a produção de “capitalista econômico”, sendo que nada muda na história se esses dois personagens forem interpretados pela mesma pessoa.

Lucro, juro e renda da terra, como se sabe, são as formas, apresentadas por Marx no Livro III de *O Capital*, por meio das quais aparece o valor excedente resultante da apropriação de trabalho não pago. Rentismo, portanto, sempre esteve associado ao capitalismo, sendo inclusive visto pela economia política, desde a sua origem (Marx incluso), como um entrave para a acumulação. Qual a novidade então da etapa atual? A novidade, que aprofunda as contradições sistêmicas, está na combinação de uma série de elementos que fazem com que os ganhos que derivam da mera propriedade tenham importância crescente frente àqueles que derivam do processo de acumulação. Além da onipresença do capital portador de juros, temos ainda, dentre os mais relevantes, um tipo moderno de renda absoluta, que vem se tornando cada vez mais importante, a renda do conhecimento, típica das mercadorias-conhecimento, e as rendas de monopólio oriundas da importância também crescente das marcas. Vejamos brevemente cada uma delas.

No capítulo XXIV do Livro III de *O Capital*, falando justamente sobre como o capital portador de juros aliena e fetichiza a relação fundante do sistema que é a relação capital-trabalho, Marx afirma que “...the value of commodities is determined not by the labour-time originally taken by their production, but by the labour-time that their reproduction takes...” (MARX, 1991, p. 522). Assim, aquelas mercadorias que não necessitam de tempo de trabalho para a sua reprodução, como os softwares, por exemplo, deveriam ter preço zero, uma vez que não possuem valor. No entanto, tal como os donos de terra, os proprietários desse saber, não o liberam para a produção se uma renda não lhes for paga. O preço dessa mercadoria constitui-se, portanto, desse tipo moderno de renda absoluta, a renda do conhecimento.⁶

Sobre a renda de monopólio, Marx vai dizer, no capítulo XLV do mesmo Livro III de *O Capital* que a renda diferencial e a renda absoluta são as únicas formas normais de renda e que “Apart from this, rent can derive only from a genuine monopoly price, which is determined neither by the price of production of the commodities nor by their value, but rather by the demand of the purchasers and their ability to pay” (MARX, 1991, p. 898). No caso das marcas, o que elas fazem é transformar os preços de produção das mercadorias comuns em preços de monopólio. A marca, se bem sucedida, singulariza a

⁵ O que se segue reproduz de modo sintético o que está em PAULANI, 2016.

⁶ Veja-se a respeito, TEIXEIRA e ROTTA, 2012. Para uma posição distinta, que entende o preço das mercadorias-conhecimento como *juro* e não como *renda*, veja-se PRADO, 2005.

mercadoria e transforma seu produtor em monopolista, que se apropria então dessa renda.⁷

Isto posto, podemos afirmar, por contraditório que isso possa ser, que o rentismo marca de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação e altera os meios e os resultados da relação de dependência.

2 - Nova dependência, Novíssima Dependência e Dependência 4.0

Desde sua origem, o termo “dependência” aparece guarnecido de qualificativos. Em seu clássico livro de 1969,⁸ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto já falam, por exemplo, de “um novo tipo de dependência”, que se daria agora “num plano mais complexo” (CARDOSO e FALETTO, 1977, p. 129); a referência aí é à internacionalização dos mercados nacionais decorrente dos investimentos externos diretos das grandes multinacionais europeias e americanas que fomentaram a industrialização do Brasil e de outros países latino-americanos nos anos 1950/60. Também Celso Furtado coloca como título de um livro de 1982 “A Nova Dependência - Dívida Externa e Monetarismo”, para se referir ao processo de transnacionalização não só de vários setores produtivos, mas principalmente do setor financeiro, bem como às consequências desses processos para países periféricos como o Brasil (FURTADO, 1982, pp. 121-128). Já José Luís Fiori vai falar, em livro de 1995, de uma “novíssima dependência”. Com a globalização já madura, Fiori vai chamar a atenção para o acesso ainda mais restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de ponta do que na época da internacionalização dos mercados internos,⁹ e ao constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos no sentido de direcionarem a gestão macroeconômica para padrões cada vez mais homogêneos e imutáveis.

Coloquemos então essas denominações num continuum e sigamos, para ver onde nos levam, as pistas já deixadas pelos pensadores que são personagens da história intelectual da dependência. Assim, teríamos, de início, a *dependência original*, que seria aquela “cepalina”, derivada da posição primário-exportadora dos países periféricos; o benefício à acumulação dos países centrais decorria, nessa etapa, das relações comerciais

⁷ Não por acaso, tornou-se praticamente um bordão dos modernos manuais de administração a afirmação de que a marca “cria valor”, ou falar do “valor criado pela marca”. Evidentemente trata-se de afirmações e expressões que são equivocadas do ponto de vista da economia política, mas são expressivas do fenômeno ao qual nos referimos.

⁸ O conhecido livro de Cardoso e Faletto, foi publicado pela primeira vez em castelhano pela editora Siglo XXI, do México, em 1969. A primeira edição em português aparece, no ano seguinte, no Brasil, pela Zahar do Rio de Janeiro.

⁹ Um pouco mais tarde, em livro de 2003, OLIVEIRA vai tocar no mesmo ponto (da mudança de padrão no desenvolvimento tecnológico), indicando a dificuldade ainda maior das economias periféricas de realizarem o chamado “catch up”. Para ele, o paradigma molecular-digital em curso é incremental, impossibilitando a queima de estágios e o respiro de um “day after”, quando elevadas taxas de investimento não seriam mais necessárias.

e da deterioração dos termos de troca daí resultante, que possibilitava a transferência, para esses países, de parcela do valor que deveria permanecer na periferia.

Na sequência, teríamos *a nova dependência*, em dois momentos, sendo o primeiro, apontado por CARDOSO e FALETTO (1977), aquele da internacionalização dos mercados internos, e o segundo, indicado por FURTADO (1982), aquele originado pelo acúmulo de dívida externa. No caso da *nova dependência I*, o benefício para a acumulação dos países centrais decorria justamente da garantia de mercados extras para suas multinacionais, que a internacionalização propiciara. Em tempos de crise de sobreacumulação,¹⁰ em que os mercados já começavam a escassear nos centros dinâmicos, trocar a mera possibilidade de vendas externas pela garantia de vendas internas foi um ótimo negócio. Com isso, parcela não desprezível do valor internamente gerado passou a fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja propriedade era, afinal, de não residentes. Assim, das relações comerciais passamos às relações que envolvem remuneração de fatores de produção como instrumentos de transferência de valor dos países periféricos para os centrais.¹¹

A nova dependência II também está associada à remuneração de fatores de produção, só que ao invés de remuneração de capital produtivo *funcionante*, nos deparamos agora com remuneração da *propriedade* do capital monetário. Trata-se então de transferir para fora do país uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário. O caráter rentista dessas transferências já é aí evidente, mas tornou-se ainda mais claro, beirando a pura e simples espoliação, com o choque dos juros de 1979, promovido pelos EUA para refrear as especulações em torno do enfraquecimento da hegemonia americana e, principalmente, da destituição da moeda americana de seu papel de dinheiro mundial.¹² De outro lado, a assunção de gordas dívidas por parte dos países periféricos, sobretudo os latino-americanos, prestou um grande favor a uma riqueza financeira que se acumulava nas praças financeiras do mundo, ávida por valorização. Por fim, não é demais lembrar que a necessidade de reverter à

¹⁰ Compartilho aqui com HARVEY (2004) e CHESNAIS (2016) o diagnóstico sobre a natureza da crise dos anos 1970, até hoje não resolvida de todo: trata-se de uma crise de sobreacumulação, vale dizer, de excesso de capital em relação às possibilidades de sua valorização produtiva.

¹¹ Não mencionei aqui a questão relativa ao valor mais reduzido da força de trabalho nos países periféricos porque esse fenômeno não implica, em si, transferência de valor (a menos da existência de superexploração no sentido de MARINI, 2005). Contudo, é evidente que encontrar força de trabalho de valor mais reduzido serve de alavanca à acumulação, pois barateia o capital produtivo. Não é outra a razão pela qual, facilitadas pela globalização, as chamadas deslocalizações produtivas se espalharam pelo mundo. No que tange à superexploração, apesar do respeito que a obra de Marini impõe, e apesar de parecer intuitivamente correto, principalmente quando se olha para países como o Brasil, o argumento de que se paga força de trabalho abaixo de seu valor, trata-se de tema teoricamente controvertido, que não nos parece necessário aqui para defender os pontos de vista que estamos tentando defender. Ademais, vale lembrar que o próprio Marini reconheceu, em seu último texto, datado de 1995, que as razões pelas quais se poderia advogar a existência de superexploração da força de trabalho na periferia e a dependência a ela associada, deixaram de existir com o advento da globalização. Isso não implica, porém, a admissão de que não exista mais superexploração, ou dependência. Elas podem simplesmente ter mudado de forma. No que diz respeito à dependência, é o que estamos tentando demonstrar com o presente artigo.

¹² Veja-se a respeito Gowan, 2013

circulação internacional parcela do valor internamente gerado decorrente da *nova dependência I* foi uma das razões que empurrou os países periféricos, principalmente aqueles que haviam recebido muitas multinacionais dos países centrais em seus territórios, a assumir os vultosos empréstimos que se fizeram necessários depois do primeiro choque do petróleo de 1973.

E chegamos com isso à *novíssima dependência*, tal como a denominou Fiori. Como já adiantamos, Fiori associa essa forma, para ele totalmente nova, de dependência à globalização, entendida esta última como “uma nova formatação capitalista”, que envolve vários aspectos “gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios” (FIORI, 1995, p. 220). Nessa nova formatação, a interdependência entre os atores se eleva, a estrutura da oferta, o progresso tecnológico e os processos decisórios se concentram, ao mesmo tempo em que os mercados, sobretudo os financeiros, são desregulados, e a estrutura produtiva se segmenta. O resultado, então, para os países da periferia é que o acesso à tecnologia se restringe, pois “sua [das tecnologias de ponta - LMP] utilização flexível e segmentada corresponde a um controle concentrado” (idem, p. 224). Ademais, a competição global pelos investimentos (e pelo acesso subordinado às novas tecnologias) empurra as economias periféricas para uma gestão macroeconômica “sadia”, onde os Estados periféricos perdem espaço para operar políticas ativas de investimento e perdem também a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal. Agrava-se, com isso a secular questão da pobreza/desigualdade, de modo que parcelas crescentes das populações periféricas perdem qualquer condição de serem “globalizadas” (idem, pp. 225-226).

Concordamos inteiramente com essa análise de Fiori, mas, de nosso ponto de vista aqui, ele não especificou de que forma toda essa nova armação capitalista, que concentra as decisões “num conjunto de três a cinco governos somados a um número não superior a 200 empresas” (FIORI, 1995, p. 223) resulta em vantagens materiais para os países centrais. Para facilitar a investigação sobre esses canais de transmissão, lembremos de início que os elementos centrais da *novíssima dependência* para Fiori são, de um lado, a natureza do progresso tecnológico, e, de outro, a coação imposta às economias periféricas para que comandem a política macroeconômica seguindo os princípios e máximas definidos nos centros decisórios dos países avançados. É a partir disso que propomos aqui rebatizar a *novíssima dependência*, termo que Fiori criou para distinguir essa dependência produzida pela globalização daquela associada à internacionalização dos mercados internos (que ainda permitia, aos países da periferia, a internalização completa das técnicas e métodos de produção derivados dos arranques tecnológicos produzidos pelo *Centro*) por *dependência 4.0*. As razões para tanto serão apresentadas na sequência, cabendo antes observar que, evidentemente, me benefício, para propor tal alteração, de um quarto de século a mais no calendário.

A primeira razão é que, partindo da acertada visão de Fiori, premonitória de fato, uma vez que o texto foi escrito 25 atrás, a terminação *4.0* permite atualizar a importante questão da natureza do progresso tecnológico na presente etapa. Tornou-se comum falar em *indústria 4.0* para fazer referência ao avanço daquilo que se chamou de “terceira

revolução industrial” (baseada nas tecnologias de informação e comunicação - TICs, na eletrônica e na internet), porque esse avanço, foi de tal maneira profundo que tem sido visto como uma quarta revolução.¹³ As consequências dessa grande transformação vão no sentido de reforçar os traços que Fiori já percebera ainda antes de virem à tona os desdobramentos 4.0: o aumento da concentração no que diz respeito aos processos decisórios, ao andamento do progresso técnico e à escala do capital propriamente dita, uma estrutura produtiva cada vez mais segmentada e, pode-se acrescentar, um espraiamento universal da utilização dos produtos 4.0 típicos, que tornam-se insumos indispensáveis para praticamente qualquer tipo de produção.

Assentada na internet das coisas, na inteligência artificial, na computação em nuvem e na robótica, essa quarta revolução tem como indiscutíveis protagonistas as mercadorias-conhecimento, anteriormente discutidas, produzidas, regra geral, por gigantes corporativos, cuja operação é em tudo facilitada por mercados desregulados e finanças desreguladas. Essa característica do progresso tecnológico tal como hoje se coloca parece confirmar as hipóteses aqui adiantadas sobre a natureza rentista do processo contemporâneo de acumulação, sendo essa a segunda razão para propormos que se chame a *novíssima dependência* de *dependência 4.0*. Associar a natureza rentista do capitalismo contemporâneo à *novíssima dependência* permitirá não só guarnecê-la dos canais de transmissão que viabilizam os ganhos materiais dos países posicionados no *Centro*, como mostrar que tais canais têm que ver também com o segundo dos elementos que Fiori aponta como fundamental, qual seja, o constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos quanto à forma de gerir sua política macroeconômica.

Quando colocamos em continuidade, a partir das definições de *dependência original*, *nova dependência I* e *nova dependência II*, os canais principais por meio dos quais os ganhos materiais são transferidos dos países do *Centro* para os países da *Periferia* percebemos um movimento que sai das relações comerciais e adentra as relações que envolvem pagamento a fatores de produção e, num segundo momento, mas fazendo parte desse mesmo tipo de pagamento, passamos para relações tipicamente rentistas, pois o valor é transferido agora não a título de remuneração do capital produtivo que funcionou e produziu lucro, mas pura e simplesmente como pagamento aos proprietários do capital monetário. Ao passarmos da *nova dependência II* para a *dependência 4.0* estaremos acrescentando a esse tipo de transferência (o pagamento do serviço da dívida sob a forma de juros) outros tipos de pagamento de natureza rentista. Além dos empréstimos convencionais é preciso considerar também os pagamentos (sob a forma de juro ou dividendo) decorrentes de outros investimentos financeiros, sobretudo os investimentos em carteira, trazidos em profusão pela abertura financeira – ações, debêntures, títulos de

¹³ Segundo SCHWAB (2016), o termo *indústria 4.0* foi utilizado pela primeira vez na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, em 2011. Não há ainda, contudo, completo consenso sobre a utilização do termo. Por exemplo, Jeremy Rifkin, conhecido estudioso americano da temática do avanço tecnológico, continua a falar sobre terceira revolução industrial e não sobre quarta revolução ou sobre indústria 4.0. (veja-se RIFKIN, 2012). Nos Estados Unidos, fala-se também de “manufatura avançada” ou “manufatura inteligente”, com o mesmo significado.

dívida públicos e privados – títulos que Marx chamou, não custa lembrar, de capital fictício. Por fim, as relações comerciais voltam a ser elementos importantes de transferência de valor para os países do Centro, mas por razões que extrapolam a questão dos termos de troca e têm que ver com a natureza rentista do atual processo de acumulação. Trata-se do pagamento das mercadorias-conhecimento,¹⁴ que é tipicamente pagamento de renda, além da renda da marca, também embutida nos preços de muitos bens, fazendo deles preços de monopólio (incluindo-se igualmente aqui os pagamentos para licença de uso da marca, como é típico dos processos de *franchising*).

Feito o inventário dos canais de transmissão de valor das economias periféricas para as centrais no âmbito da *dependência 4.0*, cabem duas últimas observações. A primeira é que se intensifica enormemente o movimento em direção ao pagamento de remunerações que se identificam com a renda e que são devidos como *direitos* pela mera propriedade do capital. E aqui entram não só os juros devidos a todo tipo de aplicação financeira (empréstimos convencionais ou investimentos em carteira), como também os dividendos e, eis a novidade, boa parte daquilo que aparece como lucro, mas que constitui, na realidade, renda. Consideremos um exemplo apenas para que fique claro qual é o nosso ponto. No mundo da indústria 4.0 tornou-se comum o termo “economia de plataforma” para se referir a um processo de servicização acelerada da indústria, com a transformação das empresas em verdadeiras plataformas digitais e a conseqüente mudança de preços relativos em favor dos serviços cognitivos e digitais em detrimento dos meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos. Vem junto com isso, quase naturalmente, o domínio de muitos setores por gigantes corporativos e aquilo que já vem sendo chamado na literatura de “uberização” do processo de trabalho.¹⁵ No caso da empresa Uber, quais as relações de produção que a determinam? Inúmeros trabalhadores autônomos (não assalariados) que pagam, com uma determinada parte de seu tempo de trabalho, o “insumo” de que precisam para trabalhar, ou seja, o acesso à plataforma walrasiana digital, de propriedade da Uber, que promove o encontro da oferta com a demanda de serviços de transporte. Mas o que eles pagam? Quanto custa esse insumo para quem o produz? Cada “unidade” de acesso à plataforma Uber custa exatamente zero, pois não há tempo de trabalho necessário para a produção de cada acesso adicional. Contudo, um preço é gerado, e ele tem que ser pago, ou a plataforma não é liberada para uso. A substância desse “preço” é pura renda, devida aos proprietários da plataforma. Como a Uber é uma empresa transnacional baseada em São Francisco, ela captura como renda parte substantiva do tempo de trabalho de motoristas em todo o mundo (ela atua em mais de 700 regiões metropolitanas), que fluem em direção aos Estados Unidos e vão fomentar a acumulação da gigante americana ou o luxo suntuário de seus controladores e de suas oligarquias burocráticas.¹⁶

¹⁴ Especificamente com relação a este elemento e sua importância na nova configuração da Dependência, veja-se Oliveira (2017).

¹⁵ Veja-se a respeito SLEE, 2017 e ABÍLIO, 2018.

¹⁶ Oligarquias burocráticas é um termo de DARDOT e LAVAL (2019) para se referir aos altos executivos das grandes corporações.

A segunda observação tem que ver com a lógica que impele as economias periféricas, há quatro décadas, a viverem com poupança externa. Trata-se de uma dependência viciosa, pois o preço do acesso aos capitais internacionais é o comprometimento cada vez maior do valor novo internamente produzido com a remuneração desses capitais, o que vai gerando, por sua vez, um aumento da necessidade dessa mesma poupança para que se mantenha o equilíbrio das contas externas e assim por diante. Contudo, a principal consequência, para os países da *Periferia*, de terem sido capturados nesse círculo vicioso não é nem essa transferência em si, ainda que esse seja o benefício material claramente capturado pelos países exportadores de capital que estão no *Centro* do sistema, mas aquilo a que Fiori já se refere no artigo de um quarto de século atrás: a coação permanente que sofrem esses países, na competição global pelos ditos investimentos, quanto à forma de gerir sua política macroeconômica. Só os países “bem comportados”, aqueles que “fazem toda a lição de casa”¹⁷ é que são devidamente contemplados. Hilferding, em seu clássico trabalho sobre o capital financeiro, de 1910, foi dos primeiros pensadores a chamar a atenção para o fato de a exportação de capitais funcionar como um elemento claro de subordinação entre as nações. Decorrido mais de um século desde a edição da obra, essa sagaz observação nunca foi tão verdadeira. O Brasil é um caso exemplar dessa submissão. Vamos a ele.

3 - A Dependência 4.0 e o Brasil

Reconstituiremos aqui brevemente as diferentes formas que historicamente caracterizaram a inserção da economia brasileira no sistema mundial capitalista.¹⁸ Acompanhando-as, veremos claramente o desenvolvimento também das diferentes fases da relação de dependência que viemos de discutir.¹⁹

Podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, onde o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico

¹⁷ A grande mídia convencional, em tudo alinhada aos interesses da riqueza financeira e “dos mercados”, aderiu sem peias a essas ardilosas metáforas.

¹⁸ Reproduzimos aqui com ligeiras alterações, aquilo que já se encontra em PAULANI, 2012 e PAULANI, 2013.

¹⁹ No pequeno inventário das qualificações da dependência que elaboramos na seção anterior, bem como na taxonomia de situações/fases da dependência que criamos restringimo-nos a mencionar aqueles autores consagrados e/ou que fizeram parte da própria história intelectual desse conceito. Contudo, muita gente nova vem trabalhando o tema, com contribuições substantivas a essa discussão. Menciono aqui dois trabalhos: as excelentes teses de doutorado de Elizabeth Moura Germano de Oliveira (UFBA) e de Marisa Silva Amaral (Economia-USP). Ambas trabalham em tentativas de atualizar a discussão, frente à ascensão da economia do conhecimento, a primeira, e frente à financeirização do processo de acumulação, a segunda. Ambas falam em “nova dependência”, mas estão se referindo aos elementos e fatos constitutivos do que chamei aqui de *dependência 4.0*.

da fase de acumulação primitiva então em curso. Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, a economia brasileira, singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, vai funcionar como alavanca da acumulação no *Centro*, produzindo matérias primas e produtos agrícolas a baixo custo.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 30 do século passado, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Celso Furtado, o “deslocamento do centro dinâmico da economia” (FURTADO, 2006, p. 274), abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica. Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do Centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, na segunda metade dos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do *Centro*, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora.

Apesar disso foi nesse período, ou seja, a partir de 1930, que se gerou a primeira possibilidade efetiva de a economia brasileira deixar para trás sua crônica dependência. Foi esse o objetivo das tentativas nacional-desenvolvimentistas levadas a efeito por governos de variados tipos. De forma difusa e até *avant la lettre*, como no caso de Vargas, esses diversos governos, seja em períodos democráticos ou ditatoriais, foram percebendo aquilo que a *Teoria da Dependência*, partindo das descobertas de Raul Prebisch, acabou por demonstrar: que o desenvolvimento capitalista não se dá por etapas, que as economias nacionais não caminham em linha reta e naturalmente das fases menos desenvolvidas de produção, onde baixo valor agregado é produzido, para aquelas mais avançadas, marcadas pela indústria e pelo desenvolvimento tecnológico de ponta. O subdesenvolvimento, como mostrara Furtado, é um tipo de desenvolvimento capitalista, que torna os países periféricos, graças à sua posição na divisão internacional do trabalho, dependentes e reféns do imperialismo dos países do *Centro* (FURTADO, 2009). Pragmaticamente, isso significava que era preciso apostar na indústria, ou ficaríamos eternamente ao sabor de relações de preço lesivas aos interesses nacionais, que acabavam por transferir aos países centrais, pela via do comércio internacional, parte do reduzido quantum de valor internamente produzido.

O aprofundamento da crise de sobreacumulação no sistema capitalista mundial, que despontara nos anos 1970, se encarregou de colocar um ponto final às tentativas nacional-desenvolvimentistas e jogar a economia brasileira nas turbulentas águas do processo de financeirização, já então em pleno curso. Constituinte a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, a riqueza financeira, que, incitada pela própria crise,

crescia a taxas muito elevadas, vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações.

O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, tinham aberto um período de elevada inflação, que só encontraria término, depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos 140 bilhões de dólares a título de juros. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluente mercado financeiro internacional, que ia se tornando cada vez mais robusto. O Estado brasileiro, pelas mãos de Collor/Itamar e depois Fernando Henrique (FHC), abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização e transformá-lo em potência financeira emergente. A primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, o que foi conseguido através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país, o que contribui para o sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica de FHC, em sua tarefa de estabilizar monetariamente a economia, tornando ainda mais amigável e “civilizado” o ambiente macroeconômico para as operações de valorização financeira. A partir da estabilização monetária, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários) e deslanchou-se o processo de privatização. A política de juros reais elevados beneficiava duas vezes o capital rentista, pois elevava seus rendimentos, ao mesmo tempo em que tornava muito baratos os ativos reais e financeiros aqui produzidos.

A partir de 1999, o país completa seu traje de candidato a potência financeira emergente. Graças à forte crise cambial que se inicia em 1998, na esteira das crises

monetárias dos países emergentes que atravessou toda a década, o governo FHC, em janeiro do ano seguinte, início de seu segundo mandato, altera o regime cambial do país na direção do câmbio flutuante e adota o tripé macroeconômico, com seu regime de metas de inflação. Mesmo a ascensão de Lula ao governo federal não traz mudanças nesse quadro. A liquidez é rigidamente controlada, os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio FMI. Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira. Mas esse ativismo financeiro não se dá sem consequências para a forma da inserção produtiva do país.

A permanente tendência à sobrevalorização que a política de inserção financeira produzia levou à desindustrialização (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007). Assim, um resultado duplamente perverso vai sendo produzido nesta quinta fase: de um lado somos eternos pagadores de renda; de outro, nossa matriz produtiva regride ao patamar da segunda fase e nos coloca novamente como uma economia extrativa e primária, produzindo quase exclusivamente bens de baixo valor agregado. A participação dos produtos manufaturados em nossa balança comercial, que ultrapassara os 60% no início dos anos 1990, encontra-se hoje na esfera dos 35%. Dos 10 produtos mais exportados pelo país em 2018, apenas um não se encontra na categoria dos produtos básicos. Os produtos campeões são soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de boi... Do ponto de vista de um mundo que vai mergulhando na indústria 4.0, esse resultado não poderia ser pior, pois a perda de importância da indústria vai afastando cada vez mais o país da possibilidade de uma acoplagem tecnológica.²⁰

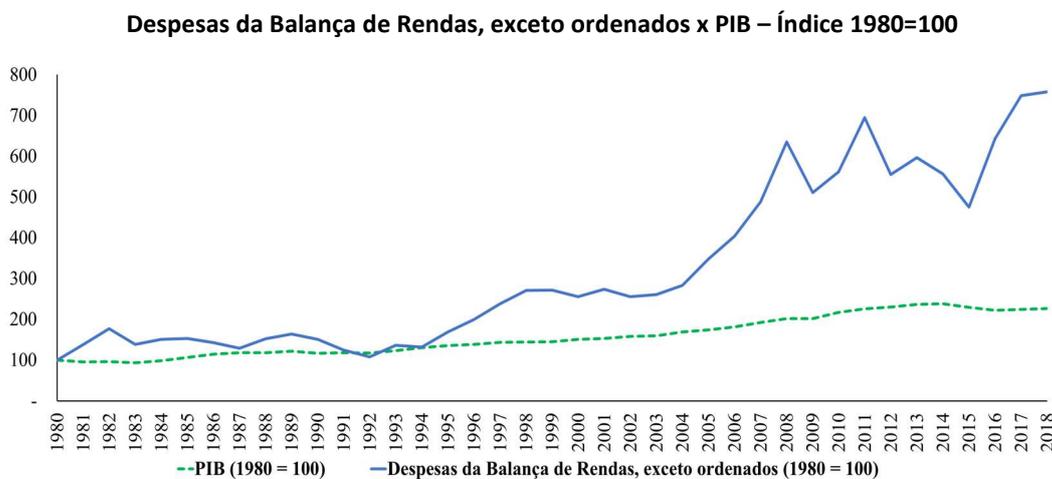
Me eximo aqui de relatar o que se passou nos três governos do Partido dos Trabalhadores, porque, do ponto de vista que aqui nos concerne, eles nada alteraram. A tentativa de retomar os investimentos públicos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado por Lula em 2006, bem como a política de proteção ao conteúdo nacional que fez parte do que ficou conhecido por “nova matriz macroeconômica” no primeiro mandato da presidenta Dilma, foram desmanteladas pelo agravamento da crise internacional de 2008/2009, cujas pesadas consequências chegaram definitivamente ao Brasil nos primeiros anos da segunda década do século. Sem entrar no mérito dos programas sociais de alto impacto que esses governos adotaram e que tiveram indiscutíveis consequências do ponto de vista da pobreza e da desigualdade, vale apenas observar que o fato de sua política econômica ter reafirmado, regra geral, a deletéria forma de inserção do país no capitalismo mundial que se iniciara nos anos 1990, foi

²⁰ Não por acaso, os gastos do país em ciência e tecnologia e em P&D como proporção do PIB não chegam à metade e, em alguns casos, nem a um terço, do que se verifica nos países do centro do sistema ou na China. Vide a respeito KOELLER et al, 2016.

seguramente uma das razões pelas quais a preservação desses programas foi colocada em xeque, deitando por terra o pouco que foi conseguido.²¹

4 - Considerações Finais

Isso posto, é possível considerar que a reiterada absorção de poupança externa que o Brasil experimenta há praticamente três décadas representa um tipo mais atual e mais perverso de dependência. Sem necessidade de que haja perdas nas relações de troca (podendo inclusive acontecer o contrário, como se deu entre 2001 e 2008), a extração de valor dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos está garantida pelo volume de passivo externo que cada economia carrega. Quando isso se combina com a deliberada intenção de produzir ganhos superlativos aos capitais externos, como acontece no Brasil desde meados dos anos 1990, o benefício para esses capitais é ainda mais patente. Não há dúvida, nesse caso, que se trata de captura de excedente. Se os países periféricos engolirem porções cada vez maiores de poupança externa, aí sim, não importando o que ocorra com os termos de troca, estará garantida a captura do excedente e a valorização do valor dos capitais externos, em detrimento dos capitais e do trabalho dos países menos desenvolvidos.



Fonte: PIB (IPEADATA); Balanço de Pagamentos até 2014 (BACEN, 2019a), Balanço de Pagamentos de 2015 a 2018 (BACEN, 2019b) – Elaboração própria

O Brasil, como procuramos demonstrar, é um caso emblemático, desse tipo moderno e complexo de subordinação. A economia doméstica não só fica presa a um círculo vicioso de dependência de poupança externa que se reproduz indefinidamente, como o estado nacional perde vários graus de liberdade no manejo de sua política

²¹ Segundo a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicada, em dezembro de 2018, pelo IBGE, foram identificadas, em 2017, 54,8 milhões de pessoas em condição de pobreza no país (26,5% da população do Brasil), sendo que, destas, 2 milhões passaram a essa condição nos anos de 2016 e 2017. Como efeito da recessão que se instala em 2015, o Brasil para de reduzir desigualdade em 2017, o que vinha ocorrendo ininterruptamente desde 2002 (OXFAM, 2018).

econômica.²² Além da poupança externa, é preciso lembrar, para que se configure o conjunto das operações que constituem o que chamamos aqui de *dependência 4.0*, dos pagamentos de renda que estão presentes também nas relações comerciais, seja através das marcas e das licenças de uso de marca, seja pela aquisição de mercadorias-conhecimento. Uma análise dos microdados das operações registradas no balanço de pagamentos permitiria avaliar com maior precisão quantitativa a evolução recente da captura de valor efetuada por esses diversos canais (IEDs, investimentos em carteira, empréstimos convencionais, compra de bens e serviços), o que não foi possível fazer para este trabalho. Contudo, o gráfico acima, elaborado a partir de dados agregados, parece suficiente para demonstrar o impacto, em termos de transferência de valor, da reiterada absorção de poupança externa e da ratificação da *dependência 4.0* no Brasil no último quarto de século. Ele mostra a evolução de duas séries de números-índice que têm o ano de 1980 como base: a série do PIB, calculada a partir dos dados do IBGE, e a série das despesas com remuneração dos capitais externos registradas no balanço de pagamentos, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo BACEN. É visível a mudança de comportamento da curva das despesas em relação à curva do PIB a partir de 1994, ano importante pelo alcance da estabilidade monetária e pelo andamento das providências para liberar os fluxos de capital e garantir ganhos superlativos ao capital externo.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. (2018). *Uberização do Trabalho: subsunção real da viração*. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>, acesso em 10/maio/2019.
- AMARAL, M. S. (2012). *Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária frente à financeirização do capitalismo*. São Paulo, IPE-USP, tese de doutorado
- BACEN (2019a). Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM5. Banco Central do Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm5.xls. Acesso em: 21 Setembro 2019.
- BACEN (2019b). Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. Banco Central do Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx. Acesso em: 21 Setembro 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2010). As Três Interpretações da Dependência. *Perspectivas, São Paulo*, volume 38, pp. 17-48

²² BRUNO e PAULANI (2019) demonstram, com base na história recente do país, e com a utilização de várias séries de dados das fontes oficiais como o regime financeirizado inviabiliza qualquer tentativa de política desenvolvimentista.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. (2007). Por que a poupança externa não promove o crescimento. *Revista de Economia Política*, 27(1), janeiro, pp. 3-19
- BRUNO, M. A. P. e PAULANI, L. M. (2019). Developmentalist Policies in Financialized Economies: Contradictions and Impasses in the Brazilian Case. Trabalho apresentado no 4th *Workshop on New Developmentalism*, ocorrido em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, em 25 e 26 de julho. Disponível em: https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Miguel_Bruno_VF.pdf
- CARCANHOLO, M. (2013). O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Trabalho, Educação e Saúde* (on line), volume 11, nº 1, pp. 191-205
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. (1977[1969]). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª edição
- CHESNAIS, F. (2007). The Economic Foundations of Contemporary Imperialism). *Historical Materialism*, volume 15, pp. 121-142.
- _____. (2016). *Finance capital today*. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series)
- _____. (2019). La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prepare la crise a venir. *A L'Encontre*, 30 Septembre. Disponível em <http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html>
- DARDOT, P. e LAVAL, C. (2019). *Never Ending Nightmare: The Neoliberal Assault on Democracy*. London; New York: Verso
- FIORI, J. L. (1995). A Globalização e a Novíssima Dependência. In: FIORI, J.L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight
- FURTADO, C. (1982). *A Nova Dependência - Dívida Externa e Monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- _____. (2006 [1959]). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras
- _____. (2009[1961]). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.
- GOWAN, P. (2003). *A Roleta Global*. Rio de Janeiro: Record
- HARVEY, D. (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola
- HILFERDING, R. (1985[1910]). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas)
- IPEADATA (2019). Produto interno bruto a preços de mercado: índice (base 2010 = 100). IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 21 Setembro 2019.
- KOELLER, P. et al. (2016). *Dispêndios do Governo Federal em C&T e P&D*. Ipea. Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. nº 48, dez. disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/20170110_radar_48.pdf

- MARINI, R. M. (1995). Procesos y Tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, R. M. e MILLÁN, M. (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana* (4 tomos). Cidade do México: El Caballito. Disponível em : <http://lahaine.org/amauta/b2- img/Mariniglobalizacion.pdf>
- _____. (2005[1973]). Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R. E STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini - Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular
- MARTINS, C. E. (2003). *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, FFLCH (Sociologia), tese de doutorado.
- MARX, K. (1991 [1895]). *Capital: Volume III*. London: Penguin Books (Penguin Classics)
- OLIVEIRA, E. M. G. (2017). *A Economia do Conhecimento e uma Nova Forma de Dependência no Capitalismo Brasileiro*. Faculdade de Economia (UFBA), tese de doutorado.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica à Razão Dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- OXFAM (2018). *A Distância que nos une – Um Retrato das Desigualdades Brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil
- PALMA, J. G. (1978). Dependence: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, volume VI (Londres: Pergaman Press)
- PAULANI, L. M. (2012). A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA*, nº 10
- _____. (2013). Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, vol. 27
- _____. (2016). Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Brazilian Journal of Political Economy*, volume 36, nº 3
- PRADO, E. F. S. (2005). *A Desmedida do Valor*. São Paulo: Xamã
- RIFKIN, J. (2012). *A Terceira Revolução Industrial*. São Paulo: M Books do Brasil.
- SCHWAB, K. (2016). *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro.
- SLEE, T. (2017). *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*. São Paulo: Elefante
- SOTELO VALENCIA, A. (2005). Dependencia y Sistema Mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia em el siglo XXI. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 17
- TEIXEIRA, R. A. e ROTTA, T. N. (2012). Valueless Knowledge-Commodities and Financialization. *Review of Radical Political Economics*, volume 44, nº 1